

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS COMO TRATAMENTO APENAS PARA OS
SINTOMAS DA (IN)SUSTENTABILIDADE

Amanda Keren Frois (UEL) - amandafrois@gmail.com

Discente do Programa de Pós-graduação em Administração da UEL, na linha Política e Gestão Socioambiental (PGSA). Graduada em Administração pela UEL (2018).

Nicole Cerci Mostagi (UNOPAR) - nicole_cerci@hotmail.com

Atualmente é docente da Universidade Anhanguera - Uniderp e docente da Universidade Norte do Paraná. Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (2014) e Mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (2017).

Introdução

As relações advindas com a segunda modernidade, como proposta por Beck (2011), levaram à novas preocupações no campo das organizações e na própria sociedade, bem como à confirmação de riscos que transpõem barreiras político-geográficas, o que leva à necessidade de discutir como se dão as novas relações entre diferentes agências e estruturas, como se manifestam as relações de poder frente aos novos níveis de complexidade e como a teoria das organizações comporta esses fenômenos.

A teoria das organizações se desenvolveu historicamente a partir da necessidade de legitimação, embora nunca assumida, das práticas gerenciais e organizacionais. Desde que reconhecida como uma área necessária para o estudo das organizações, as teorias sempre se desenvolveram a partir das grandes corporações e dos estudiosos provenientes das áreas da engenharia, pois, com o espírito da Era do Progresso em voga, elas iniciavam sua busca por eficiência na produção, a partir da visão da organização como um sistema, com métodos da engenharia mecânica aplicados à estrutura administrativa das empresas e da contabilidade e ciência matemática nas relações salariais e produtivas (SHENHAV, 2003).

Nessa época, o progresso era representado por meio da lógica da eficiência e da produtividade. Essa lógica despersonalizava as relações, trazia objetividade aos fins e baseava-se em técnicas e métodos para a execução das tarefas, na busca pela transformação do caos em ordem, da ambiguidade em certeza, do irracional em racional. O agito, a bagunça e a inquietação foram mitigados nas organizações, pois seria desnecessária em um espaço organizacional racional (SHENHAV, 2003).

Barley e Kunda (1992), em uma apreciação histórica dos discursos das corporações, demonstraram que as teorias gerenciais, e conseqüentemente, as ideologias na teoria das organizações, sempre oscilaram entre discursos normativas e racionais. A partir disso, lembrando que as possíveis relações entre agência e estrutura foram discutidas e legitimadas como conceitos na teorização das organizações à medida que as práticas gerenciais se alteravam.

Considerando a importância da teoria das organizações tanto para a manutenção dos discursos e práticas alinhados ao capital quanto para a otimização dos recursos a partir da mesma lógica, tem-se que pensar a sustentabilidade tornou-se necessária para sua própria perpetuação. A Teoria da dependência de recursos também se valeu dessa preocupação, despontando como uma alternativa de gestão para a otimização e manutenção dos recursos. Assim, este ensaio tem por objetivo refletir sobre a falência da Teoria da dependência de recursos para o alcance da sustentabilidade face aos objetivos macro do capital.

A nova modernidade

Na modernidade clássica (BECK, 2011), que surge com a sociedade industrial, o que estava em jogo nos conflitos industriais eram as positivities: lucros, prosperidade, bens de consumo. Nessa modernidade, as organizações olhavam exclusivamente para dentro de si, mas a modernidade que vivemos hoje, de acordo com Beck (2011), é a modernidade reflexiva, ou a segunda modernidade. Nessa modernidade, globalizada, de intenso desenvolvimento tecnológico, instaura-se a sociedade do risco. Nesse contexto, a sociedade moderna está transformando as suas formações de classe, família nuclear, papéis sexuais, indústria e o progresso tecnoeconômico. Para Beck (2000), a modernidade reflexiva é aquela em que o progresso pode ser transformado em autodestruição, mas a sociedade que poder reformular-se para superar os problemas herdados da sociedade industrial. É nessa modernidade que os problemas ambientais, as grandes crises financeiras e o terrorismo, entre outros, ascendem como riscos que não obedecem mais fronteiras.

Justamente pelos riscos tenderem cada vez mais a escapar das organizações para o controle e a proteção da sociedade industrial, não se discute mais a possibilidade de viver ou não os riscos, dado que não existe mais o risco zero (BECK, 2000), conceito que foi amplamente defendido pelo estado do bem-estar e pelos primeiros gestores racionalistas, visto que os riscos existem e com certeza atingem a toda a sociedade. A escolha que se abre à sociedade, e conseqüentemente, às organizações é: que risco deve ser assumido? Nesse contexto, coube às organizações, causa dessa modernidade, à medida que surgiu na “continuidade dos processos de modernização autonomizada” (BECK, 2000, p. 5), confrontar-se com a nova realidade e buscar tentativas de superá-la.

A teoria da dependência de recursos

Como consequência da necessidade de confronto com essa realidade, na década de 1970 surgiram três tentativas macrossociológicas na teoria das organizações: a ecologia organizacional, a teoria neo-institucional e a Teoria da dependência de recursos.

A Teoria da dependência de recursos surgiu com a publicação O controle externo das organizações, escrito por Pfeffer e Salancik, em 1978, com base em dois argumentos: o ambiente externo de uma organização compreende outras organizações, cada um com seus próprios interesses e objetivos, ou seja, o contexto social é importante; e, em lugar de assumir um papel passivo das forças ambientais, as organizações tomam decisões estratégicas para adaptarem-se ao ambiente; e, as organizações têm poder sobre a empresa focal e podem limitar seu comportamento por meio do controle de recursos vitais para sua operação, baseado

na teoria de poder de Emerson (1962), que considerava que os laços de dependência mútua unem os atores nos sistemas sociais, o que pode levar, em alguns casos, a que se formem coalizões entre os membros mais fracos para controlar os fortes.

A Teoria da dependência de recursos também se baseou em Jacobs (1974), que estudou como diferentes organizações são controladas através da relação de troca com o meio ambiente. Então, na gestão das relações externas e dos recursos ambientais torna-se a chave para a sobrevivência da organização (DAVIS; COBB, 2010). Assim, a Teoria da dependência de recursos seria uma estrutura que integra uma teoria do meio ambiente e uma teoria poder para fazer previsões sobre uma variedade de respostas organizacionais, ou ainda, é uma “estrutura teórica com relativo voluntarismo, que coloca ênfase na maneira pela qual as organizações tratam das contingências do ambiente” (ROSSETO; ROSSETO, 2005). Em suma, a Teoria da dependência de recursos trouxe a discussão sobre a luta que as organizações enfrentam contra as ameaças externas e a falta de recursos ressaltando o componente político e de poder no processo de aquisição destes recursos. A teoria da dependência de recursos, apesar de trazer o poder como inovação nos estudos organizacionais, ainda é parte da metanarrativa do mercado (REED, 2007), considerada ciência-normal, e assim, são pressupostos a regulação e o consenso social.

A Teoria da dependência de recursos e a sustentabilidade

Embora haja um questionamento sobre a baixa contribuição da Teoria da dependência de recursos nos estudos organizacionais, devido ao insucesso da proposta e com a inexistência de estudos empíricos sobre o tema (DAVIS; COBB, 2010), tentativas de revisão da Teoria da dependência de recursos surgiram (CASCIARO; PISKORSKI; 2005, WRY; COBB; ALDRICH, 2013). Ainda assim, apesar da sugestão de diversas aplicações da Teoria da dependência de recursos na contemporaneidade, ainda não é perceptível o uso consciente desta teoria com destaque. Uma das possíveis causas da obsolescência dessa teoria pode ser a incapacidade de lidar com novas conceituações de seus principais termos.

A partir disso, embora os preceitos da Teoria da dependência de recursos (de criação de coalizões, como *joint ventures*, da restrição de fluxos de informações, da diversificação contra a incerteza) para o fortalecimento do agente em uma determinada estrutura - tanto para a disputa e alocação de recursos, quanto para a negociação com outros agentes - em um contexto de complexidade crescente, demonstra-se que a Teoria da dependência de recursos considera apenas a ação política como suficiente, limitando a organização em espaço de atuação formado por suas antigas decisões, para a recriação do ambiente. Porém, pode-se

afirmar que sua maior contribuição é a percepção de crescentes níveis de complexidade ambiental, mesmo que a Teoria da dependência de recursos ainda não discuta o poder e a conformação ambiental senão em prol de maior eficiência mercadológica.

Assim, a Teoria da dependência de recursos surgiu em um contexto de crescente complexidade da sociedade, mas se propôs a trabalhar apenas de forma paliativa, pois ao apresentar uma visão de complexidade e baseada em relações de poder para o enfrentamento dos problemas que se colocavam, deu uma assoprada nas feridas da teoria das organizações, mas não questionou em momento algum as causas dos problemas socioambientais e organizacionais que o mundo enfrentava na década de 1970. Esses problemas socioambientais estavam em alta nas discussões internacionais nesse período devido à realização da Conferência de Estocolmo, que reconheceu a importância da gestão ambiental (DUBOSE et al., 1995) e forjou a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos (SACHS, 2002). Nesse período, surgiram termos como ecodesenvolvimento, enfatizando a necessidade de atuação para a sustentabilidade nas organizações.

Porém, falar de sustentabilidade no sistema capitalista soa no mínimo incoerente, pois o próprio sistema capitalista, não se sustenta, mesmo que por meio de mecanismos regulatórios (O'CONNOR, 2000; MARQUES, 2016). Assim, assumindo que o que as organizações denominam como sustentabilidade signifique o aprendizado organizacional baseado em Zadek (2004), em que as empresas, em um nível de aprendizado mínimo reconheçam a necessidade de sujeição ao controle legal e social e criem ações de responsabilidade socioambiental, desde que estas retornem como aumento nos lucros, devido às cobranças legais e sociais, essas ações podem sim contribuir para as organizações. Ações como a criação de redes entre empresas para a compra de produtos que causem menos impacto ambiental ou para a destinação correta dos resíduos, ou mesmo ações de reparação ambiental ou a criação de cooperativas de compra ou venda, que a Teoria da dependência de recursos considera em sua teoria de poder e de ambiente, podem trazer retornos às organizações, embora sirvam apenas para autonomizá-las no mercado e autonomizar o mercado na sociedade.

Considerações finais

A Teoria de dependência de recursos trouxe algumas contribuições às organizações e foi um avanço quando de sua publicação, pois apresentou ao contexto organizacional, os conceitos de poder e complexidade. Porém, seu relativo fracasso nos estudos organizacionais

pode apontar algumas considerações sobre o campo: a primeira é que, o pensamento hegemônico da teoria das organizações não permitiu, por muito tempo, elucubrações sobre a entropia causada pela diversidade de agências e estruturas, bem como de interesses e de possibilidades no campo, negando o quanto pode, a pluralidade, a complexidade, a desconstrução; a segunda é que, a cooperação só se torna importante nesse mesmo pensamento hegemônico, quando possibilita o aumento da competitividade entre as organizações em determinado mercado, sendo a cooperação apenas uma ferramenta transitória de acúmulo do poder; a terceira, por fim, é a demonstração de que o meio ambiente só se torna relevante para as organizações, dentro do espírito capitalista, à proporção que representam diferenciação no mercado, ou seja, o meio ambiente é apenas um recurso material que as organizações devem preservar para continuar utilizando.

Por fim, nesse contexto contemporâneo, de uma modernidade reflexiva, não da reflexão, mas da autoconfrontação com as consequências da modernidade (BECK, 2000), como reflexos de uma sociedade que não soube se desenvolver de forma sustentável - nem economicamente, visto que se confronta com suas contradições o tempo todo, uma teoria organizacional que considere em sua totalidade esse cenário e se preocupe verdadeiramente com a sustentabilidade, não daria às empresas um arcabouço que possibilitasse apenas ações de reparação de sintomas ou brincadeiras de cooperação com os outros membros de sua cadeia de produção, mas romperia com o *status quo* da contemporaneidade, tratando as causas dos riscos que se colocam nela, pois de qualquer forma, conforme Beck (2011), algum risco compulsoriamente será assumido: se não o da ruptura com o sistema econômico, o da insustentabilidade de sua própria existência.

Referências:

BARLEY, S. R.; KUNDA, G. Design and devotion: surges of rational and normative ideologies of control. **Administrative Science Quarterly**, v. 37, n. 3, p. 363-399, 1992.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, U. A reinvenção da política. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Oeiras: Celta, 2000.

CASCIARO, T.; PISKORSKI, M.J. Power imbalance, mutual dependence, and constraint, absorption: A close look at resource dependence theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 50, n.2, p. 167-199, 2005.

DAVIS, G. R.; COBB, J. A. Resource dependence theory: Past and future. In: SCHOONHOVEN, C. B.; DOBBIN, F. (org). **Stanford's Organization Theory Renaissance: 1970–2000**. Bingley: Emerald Group, 2010.

DUBOSE, J., FROST, J.D., CHAMAEAU, J.A., AND VANEGAS, J.A. Sustainable development and technology. In: Elms, D.; Wilkinsin,D. **The Environmentally Educated Engineer**, Canterbury: Center for Advanced Engineering, 1995.

EMERSON, R. M. Power-dependence relations. **American Sociological Review**, v. 27, n. 1, p. 31-42, fev. 1962.

JACOBS, D. Dependency and Vulnerability: An Exchange Approach to the Control of Organizations. **Administrative Science Quarterly**, v. 19, n. 1, p. 45-59, mar. 1974.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Unicamp, 2016.

O'CONNOR, J. **¿Es posible el capitalismo sostenible?**. In: ALIMONDA, Héctor (comp.) **Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 61-97.

ROSSETTO, C. R.; ROSSETTO, A. M. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 1, jun. 2005.

SHENHAV, Y. The historical and epistemological foundations of organization theory. In.: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Org.) **The Oxford handbook of organization theory**. New York: Oxford University Press, 2003,p., 183-209.

WRY, T.; COBB, J. A.; ALDRICH, H. E. More than a Metaphor: Assessing the Historical Legacy of Resource Dependence and its Contemporary Promise as a Theory of Environmental Complexity. **Academy of Management Annals**, v. 7, n. 1, p. 441-488, 2013.

ZADEK, S. The Path to Corporate Responsibility. **Harvard Business Review**, v. 82, n. 12, p. 125-132, 2004.